



A CONSTITUIÇÃO DO PENSAMENTO HISTÓRICO EM JÖRN RÜSEN

Krisley Aparecida de Oliveira¹

Universidade Federal de Goiás

Goiânia, Goiás, Brasil

krisleyrv@hotmail.com

Resumo: A investigação, explicitação e interpretação de princípios comuns aos estudos históricos em todas as suas variações é de suma importância para tentarmos compreender a História e a tarefa do historiador. E, para fazer tal análise devemos ir para além das relações “pré-estabelecidas”, e analisar a constituição de sentidos. Segundo Jörn Rüsen o pensamento histórico salienta a relação entre tempo, história e sentido. Pensar historicamente é abrir possibilidade para conceber com outra dimensão cultural o mundo natural. Certa parte da temporalidade que é inerente aos processos do dia-a-dia, no que diz respeito a tomar decisões, é trazida a conhecimento por meio do pensamento histórico, e esse procedimento amplia significativamente a orientação que a cultura disponibiliza ao agir e sofrer do homem.

Palavras-Chave: Pensamento; Racionalidade; Constituição.

O pensamento histórico

O presente trabalho em exposição tem como objetivo apresentar a constituição do pensamento histórico em Jörn Rüsen. Primeiramente, para fazer tal análise,

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal de Goiás

apontaremos com embasamento em sua obra *Razão Histórica* (2001), porque o conhecimento histórico toma um modo científico e específico e porque sua constituição científica se dá por meio de uma estrutura de pensamento.

Antes de tudo, devemos deixar claro, que aqui, entendemos a história como um campo de aplicação do conhecimento histórico, ou seja, a história sendo entendida como o objeto próprio do pensamento histórico em seu modo científico, especificamente.

Para Rüsen, o pensamento é visto como científico. E a História como ciência deve ser vista como uma realização particular do pensamento histórico que está inserido em fundamentos da vida corrente. O agir é um modo corriqueiro na vida humana, o homem está em um ininterrupto processo de interpretação do mundo e de si.

O pensamento histórico mantém relação com a administração da experiência temporal, uma inter-relação entre as intenções do futuro e as experiências do passado:

Para agirem e sofrerem de acordo com intenções formadas a partir das representações que cultivam acerca da natureza e do mundo social, os seres humanos sempre estão diante de carências existenciais de orientação cultural. Para Rüsen, o pensamento histórico surge precisamente em resposta a essas carências. (ASSIS, p. 15)

De acordo com Rüsen, no pensamento histórico há outro tipo de orientação que transcende a tradição. Que seria uma forma específica cultural de orientação que se liga a gestão da experiência temporal da contingência. Contingência essa, que é uma das formas mais inquietantes e corriqueiras da vida humana. Logo, esse outro tipo de posição do pensamento histórico para além da tradição, surgiu como uma forma específica de orientação da subjetividade humana ao mesmo passo que multiplica os recursos da contingência. Quando há uma transformação do pensamento histórico no âmbito intelectual, de “tempo” para “sentido” há uma ampliação substantiva da cultura.

Rüsen aponta uma interdependência entre fatores do pensamento histórico, cinco especificamente, no constructo de um dinâmico sistema, no qual um fator vai de encontro ao outro, até que, no fim, o quinto volta ao primeiro. Esses fatores, segundo ele, são “etapas de um processo de orientação do homem no tempo, mediante o pensamento histórico.” (2001, p. 35).

Em princípio, trata-se de fatores presentes em todo pensamento histórico (ainda mais quando se pensa em termos de “método”, de uma forma geral e ampla), mas, quando aliados a matriz disciplinar da ciência da história, esses fatores adquirem certa especificidade, que nos permite ver o pensamento histórico constituído de forma científica do pensamento histórico comum. A importância desses fatores consiste em

esclarecer o contexto em que a vida cotidiana dos homens e a ciência da história estão inseridas o tempo; e reconhecer que a história enquanto ciência auxilia para as mudanças na vida prática dos homens no tempo.

Há uma carência de orientação quando se confronta tradição e pensamento histórico, e também quando comparamos diferentes pensamentos históricos. Para Arthur Assis, professor de teoria e metodologia da história na Universidade de Brasília, e, estudioso da obra de Rüsen, em seu livro *A teoria da história de Jörn Rüsen: uma introdução*, aponta que Rüsen desenvolve o argumento de que a ciência da história, no sentido de uma modalidade mais sofisticada do pensamento histórico, está relacionada com uma segunda ampliação do campo da cultura. Sendo assim, o pensamento histórico, se realizado de forma cientificamente, aprimora a racionalidade que já o faz diferente da tradição.

Logo, a ciência histórica como modalidade do pensamento histórico tem a finalidade de constituir sentido, desempenhando funções de orientação cultural. Rüsen classifica o pensamento histórico em três tipos distintos de pertinência: a empírica, a normativa e a narrativa. Ao que se refere à pertinência empírica, diz respeito à propriedade da relação entre pensamento histórico e experiência do passado. A pertinência normativa refere-se à relação do pensamento histórico e as normas e significados do contexto de produção e recepção de determinada narrativa histórica. E, por fim, a pertinência narrativa tem relação com a plausibilidade do sentido das histórias, e a relação entre as intenções de futuro e as experiências passadas reconstituídos nas narrativas históricas. Tema ao qual não abordaremos de forma profunda aqui é a questão da narrativa histórica, sabendo claro, que está intrinsecamente ligada a questão da fundamentação do pensamento histórico.

Todo pensamento histórico atualiza os critérios gerais e universais do que se entende por verdade histórica. E, a ciência histórica executa essa atualização submetendo as pertinências empírica, normativa e narrativa a requisitos metódicos específicos. E, isso transforma as relações entre pensamento histórico e experiências.

Segundo Arthur, Rüsen aponta que todo conhecimento histórico pode ser superado, tanto em questões culturais, quanto ao conteúdo normativo, que estará sempre sujeito a transformações das normas e significados culturais.

Ao favorecer determinadas interpretações do mundo sujeitas a complementações, críticas e às superações por outras interpretações feitas, a ciência da história faz com que ampliem-se as oportunidades de consenso intercultural. A

objetividade da ciência histórica corresponde a essa abertura das interpretações históricas para a possibilidade da crítica e da refutação.

O conhecimento histórico é um modo particular de um processo amplo do pensamento humano, por isso, devemos retirar o produto cognitivo especificamente histórico, tudo aquilo que for próprio de sua particularidade científica. Com o que se colhe desse resultado, teremos como grandeza genérica e elementar do pensamento histórico, a consciência histórica. E, para Rüsen, a consciência histórica é o ponto de partida para compreender o que é história enquanto ciência, e, porque ela é necessária.

Rüsen faz a análise de consciência histórica enquanto o que chama de fenômeno do mundo vital, ou seja, é uma forma de consciência humana que está inter-relacionada com os atos da vida humana na prática. É isso que se entende por consciência histórica, a síntese das operações mentais que os homens utilizam para interpretar as experiências da evolução temporal do mundo que o cerca e de si mesmo, de maneira que isso possa orientá-lo de forma prática e intencional.

E, é embasado nessa argumentação, que Rüsen segue a tese de que os homens devem agir intencionalmente para viver, e que essa mesma intencionalidade o define como um ser que deve ir além.

A consciência histórica está fundada nessa ambivalência antropológica: o homem só pode viver no mundo, isto é, só consegue relacionar-se com a natureza, com os demais homens e consigo mesmo se não tomar o mundo e a si mesmo como dados puros, mas sim interpretá-los em função das suas intenções de sua ação e paixão, em que se representa algo que não são. Com outras palavras: o agir é um procedimento típico na vida humana na medida em que, nele, o homem, com os objetivos que busca na ação, em princípio se transpõe sempre para além do que ele e seu mundo são a cada momento.” (RÜSEN, p. 57)

Ainda como aponta Keith Jenkins, em *A história repensada*, o passado e a história não são a mesma coisa, não estão um ligado ao outro de forma a qual possamos ter somente uma leitura histórica do passado. Um existe livre do outro, estão distantes entre si no tempo e no espaço, o mesmo objeto de investigação pode ser interpretado de formas diferentes, existem diferentes leituras interpretativas. O passado já ficou, a história é o que os historiadores fazem com ele quando colocam as mãos a obra.

Aponta que a fragilidade epistemológica “permite” que as interpretações dos historiadores sejam múltiplas, pois há um passado e vários historiadores, com referência a isso abre discussão para quatro pontos que pensar serem importantes. 1- Nenhum historiador consegue abarcar todo o passado, o conteúdo de tudo o ocorreu é praticamente ilimitado; 2- Nenhum relato consegue descrever o passado tal qual ele é;

3- Não importa o quão aceitável e verificável seja a história, ela é um constructo pessoal, uma manifestação da perspectiva do historiador como narrador; 4- No entanto, graças a essa possibilidade de ver os fatos em retrospecto, de certo modo sabemos mais sobre o passado do que as pessoas que lá viveram.

Os valores e significados das experiências do passado tem grande relação com o horizonte atual de vida do homem. Rüsen utiliza o termo “tradição” para fazer referência aos setores de experiências atuais que mantém estreita relação com o passado. Assim como aponta Johann Gustav Droysen, os restos de passado no presente não são somente resíduos de atos de vontades individuais.

Quanto ao que expõe acerca do que seria tradição, para Rüsen é uma forma de orientação cultural, onde o passado ainda não é tomado como tal. No que diz respeito à temporalidade das tradições, o passado, de certa forma, ainda não “passou”. Com isso, não existe uma linha de diferenciação entre passado e presente. No sistema da tradição, o passado está sempre presente, e, o presente por conseguinte necessita de historicidade. O tempo, se torna assim, como disse Assis, “o ontem eterno”. (2010, p. 22)

Ocorre somente com a historicização do homem com o tempo, o que podemos chamar e identificar como “passados” os setores de experiência que são de relevância da perspectiva do mundo histórico atual. Falando com outras palavras, o passado deixa de estar presente somente quando ocorre a historicização do homem no tempo. Aponta ainda Rüsen que, quando essa historicização não ocorre, a vida corrente é constantemente assombrada pelas experiências do passado. No mais, é somente com a diferenciação do modo de pensar o passado, por meio das narrativas históricas, que ocorre o que já citamos acima, a despresentificação do passado.

No entanto o homem pode tornar-se consciente do vínculo de indissociabilidade entre passado e presente, e também, conseqüentemente, futuro. Isso acontece graças ao que nos debruçamos a escrever aqui desde o princípio: o pensamento histórico.

De acordo com Rüsen, somente o pensamento histórico pode revelar que o presente é resultado de um trabalho cultural acumulado ao longo da cadeia das gerações humanas, consolidando o passado, no quadro geral do entendimento humano, como uma instância temporal específica. Rüsen aponta que o pensamento histórico possibilita a descoberta de segmentos do passado que, não fossem as narrativas históricas, estariam apenas inconscientemente presentes nas tradições. (ASSIS, p. 23)

A transformação de passado em história, segundo o que diz Rüsen, é mediada por significados, normas e valores que compõem determinado grupo em uma determinada época. Sendo assim, um olhar especificamente histórico sobre o passado só

é concretizado quando as experiências do passado possuem ou adquirem algum significado para o presente.

O pensamento histórico, segundo Collingwood, existe em relação a alguma coisa que não está no presente momento, portanto, ele nunca pode ser um “isto”. Os objetos abordados são eventos que já aconteceram, no passado e em condições que já não mais existem, apenas quando tais objetos já não são mais perceptíveis é que se pode dizer que isso é um pensamento histórico.

A teoria da história em relação à constituição do pensamento histórico

Para Rüsen, o que pretende uma “teoria da história” na perspectiva da razão histórica? A busca da racionalidade deve ser colocada em evidência, uma vez que, nela se encontra a origem de todo o pensamento histórico.

Quando falamos em uma “teoria da história”, apontamos justamente a pretensão de racionalidade da ciência da história, ou seja, o processo que consiste na investigação das estruturas de determinado conteúdo, que visa dadas determinações racionais manifestas. Ela é voltada para as fundamentações da ciência da história, que estão sempre presentes e, já pressupostas na pesquisa e quando se escreve a história com base nessa mesma pesquisa. Tem, além disso, a função de evidenciar como nessa fundamentação histórica, existe a pretensão de demonstrar a racionalidade.

Constitui-se no âmbito de um pensamento histórico que não é objeto direto da pesquisa histórica, mas, diante de determinadas organizações do pensamento histórico, se colocam a condições da pesquisa, objetivando esclarecer os pressupostos que determinam o pensamento histórico-científico.

Segundo Rüsen, é então com base nessa argumentação que a teoria da história visa explicar tanto os pressupostos aos quais se baseiam a pretensão de racionalidade da ciência da história, quanto às razões que são utilizadas para admiti-la. Com a análise dos fundamentos da ciência da história, a teoria da história coloca em evidência alguns aspectos em suas análises “teóricas”, que permaneceriam na escuridão de certas obviedades, e, se pretendem chegar à racionalidade, essas obviedades se tornam problemas e devem ser solucionados.

A fundamentação da história, não faz com que a teoria da história assumam um papel de tutora da pesquisa histórica:

A investigação teórica dos fundamentos da ciência da história não significa a elaboração desses fundamentos como uma teoria, de tal maneira que a história somente seria possível e praticável como ciência quando os teóricos da história lhe abrissem o sinal verde, fornecendo uma “teoria da história”. (...) Ao contrário, a teoria da história tem por objetivo analisar o que sempre foi a base do pensamento histórico em sua versão científica e que, sem a explicitação e a explicação por ela oferecidas, nunca passaria de pressupostos e de fundamentos implícitos. (RÜSEN, p. 14)

Conforme o pensamento histórico vai sendo fundamentado racionalmente, abre-se a possibilidade de uma crítica racional, com a teoria da história, esse pensamento tem uma possibilidade maior de fundamentar-se e criticar-se.

Sendo assim, para Rüsen, a teoria da história é uma *metateoria*² da ciência da história. Não são todas as formas metateóricas da ciência da história, que constituem, de toda forma, uma teoria da história. É possível que se trate (meta)teoricamente de diversas maneiras e com diferentes objetivos a ciência da história. Tanto é possível elaborar uma teoria que seja externa a práxis da pesquisa histórica, quanto conceber uma teoria que seja relevante para o próprio conhecimento histórico, com isso, a ciência histórica é investigada como fator da própria história, logo, é um objeto de pesquisa e sujeito do pensamento histórico ao mesmo tempo.

As tarefas da teoria da história para a fundamentação do pensamento histórico-científico

O que Rüsen faz quando se debruça a analisar o papel da Teoria da História em relação ao pensamento histórico, é apontar que a teoria não atende diretamente a pesquisa empírica, o que ela faz é examinar a própria pesquisa e o que e as teorias utilizadas por ela fazem para que se alcance o resultado obtido. A pesquisa empírica então segue pensando em si mesma e se guiando por considerações teóricas, porque há nela uma pretensão de cientificidade da ciência da história:

Independentemente de como venha a se definir ciência, um pensamento científico é sempre um pensamento bem fundamentado. Pensar de forma bem fundamentada requer conhecer as regras e os princípios desse pensar, ou seja: um conhecimento que não se constituiria sem a reflexão do pensamento sobre si mesmo. A racionalidade que um pensamento histórico reivindica, ao proceder cientificamente, implica, pois, um saber metateórico, reflexivo, no estilo da teoria da história. Essa reivindicação jamais poderia ser formulada

² Entendemos aqui Metateoria, de acordo com o que Rüsen explicita em sua obra, ou seja, uma teoria da ciência histórica vai para além da práxis e pode evidenciar pensamentos cognitivos, e, os pensamentos que são desenvolvidos dessa forma, são reflexões. A práxis dos historiadores vai além do agir prático, com isso metateoria é uma teoria reflexiva da teoria da história para pensar o pensamento histórico embasado no âmbito da racionalidade. (2001, p. 15)

sem a devida investigação dos fundamentos do pensamento histórico (RÜSEN, p.17)

Rüsen aponta duas tarefas da teoria da história, que hoje são impostas. Primeira tarefa é, a delimitação com rigor e consciência das formas de pensar próprias da teoria da história, pois o termo “teoria” com ser muito abrangente, acaba por abarcar uma gama muito vasta de argumentações muito heterogêneas, que veem de diversos campos e com várias superposições interdisciplinares.

Logo, é apontado que falta então uma sistematização que possibilite ver dentro da teoria da história um campo de conhecimento com limites próprios. No entanto, ao longo da discussão, Rüsen faz questão de ressaltar que o objetivo por ele não é a produção de uma exaustiva tese acerca das questões sistemáticas abordadas, mas sim a proposição de elementos que tolerem explicitar o contexto onde são encontrados os principais problemas da teoria da história.

Por conta do ponto levantado anteriormente, a segunda tarefa está intimamente ligada a ele, porque as diferentes formas de argumentação referidas, devem estar inseridas em um lugar consistente de problema e argumentação, quando a mesma já possuir um lugar claro, e de mesmo peso que sua função no âmbito do pensamento histórico.

E, essa função, deve demonstrar que a teoria da história é uma reflexão específica do pensamento histórico, onde existe a tensão entre reflexão e realização prática do pensamento histórico.

No entanto, sabemos que determinar a função da teoria da história, não pode ser feito sem que corramos alguns riscos. Delimitar de forma sistemática o objeto da teoria da história leva a uma visão que é globalizante, que geralmente tende a privilegiar os grandes contextos, em descaminho aos pormenores. Com isso, é necessário uma reflexão minuciosa entre esses dois extremos. Os princípios do pensamento histórico, que determinam a história enquanto ciência, não podem ser totalmente recuperados pela historiografia.

Percebemos então, que para Rüsen, o pensamento histórico fornece, com suas potencialidades racionais no âmbito científico, mais orientações no tempo que os processos da vida prática social conseguem absorver. O modelo de objetividade do conhecimento histórico exige da disciplina sensibilidade ao tratar da carência de orientação de seu tempo. E, a ciência da história, se ignorasse a carência de orientação de seu tempo, enfraqueceria a validade da objetividade.

Portanto, utiliza-se da narrativa para fazer com que o passado vire presente, com o intuito de dar sentido a si e ao mundo, e, o pensamento histórico, obedece por princípio, à lógica da narrativa. A busca da história como conhecimento do passado, utiliza-se da argumentação (uma vez que Rüsen entende por argumento, aquilo que produz justificabilidade e aceitação) e razão (razão no sentido da produção sistemática, uma busca de sentido, significado e direção), razão essa que tem por objetivo demonstrar os argumentos que podem ser apresentados para que a história se configure como ciência, não bastando fazer a análise de categorias, mas sim de como determinadas categorias se conectam a outras e se estabelecem em determinado momento, mediante diretrizes de interpretação histórica, que são estruturas conceituais que servem para orientar o olhar histórico sobre o que já passou, dando origem a exposição de significados e experiências, que por conseguinte vão chegar ao resultado final do pensamento histórico. Tendo em vista que um elemento que age como determinante no pensamento histórico são as perspectivas, pois elas determinam a percepção de determinadas experiências, como experiências históricas. Sendo assim, é um componente fundamental na constituição do pensamento histórico cognitivo.

Portanto, quando se encontra com um horizonte de experiência que age no presente, o pensamento histórico se referencia temporalmente, e, com isso, as experiências do passado e as expectativas que se tem do futuro recebem valoração, e quando isso ocorre os pressupostos teórico-metodológicos das respectivas pesquisas se voltam para a construção do discurso histórico.

A mudança temporal reconstituída temporalmente atribuiu significação e interpretação para os processos de evolução no tempo nos quais vivem os sujeitos das narrativas, ou seja, no próprio processo de comunicação no qual a narrativa se dá.

Referências

ASSIS, Arthur. *A teoria da história de Jörn Rüsen: uma introdução*, Goiânia: Editora UFG, 2010.

BLOCH, March. *Apologia da história ou O Ofício do historiador*, Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

COLLINGWOOD, R.G. *A Ideia de História*, Trad. Alberto Freire. Lisboa: Editorial Presença, 1986.

DROYSEN, Johann Gustav. Manual de Teoria da História, Trad. Sara Baldus e Julio Bentivoglio. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

JENKINS, Keith, A História Repensada, Trad. Mario Vilela. São Paulo: Contexto, 2007. 3. ed., 1ª reimpressão.

ROIZ, D. S. A ‘crise de paradigmas’ nas ciências sociais, uma questão à teoria da história? *Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.21, p. 233 - 236, mar. 2006.*
Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/21/res9_21.pdf>.
Acesso em: 30 set. 2013.

RÜSEN, Jörn, Razão Histórica: teoria da história: fundamentos da razão histórica, Trad. Estevão de Rezende Martins. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.